

A (IN)DETERMINAÇÃO DA NOÇÃO DE MOBILIDADE NAS CIÊNCIAS HUMANAS

Márcio Mendes Rocha¹

RESUMO. O objetivo deste artigo é estabelecer uma reflexão sobre a noção de mobilidade nas ciências humanas, mostrando a diversidade de seu uso, a importância do conceito e a necessidade de um maior rigor conceitual para sua aplicação. Para tanto, alguns exemplos são apresentados, que aparecem dos mais variados ramos das ciências humanas, com especial atenção à gênese do conceito na ciência geográfica. É apresentada, também com detalhe, a construção do conceito de mobilidade desenvolvida pelo marxismo, a partir das noções de "mobilidade do trabalho" e da crítica à noção de "mobilidade social" desenvolvida pela sociologia, neste caso o conceito de classes sociais e polarização de classes são introduzidos na reflexão. Este artigo tem um caráter mais exploratório, objetivando introduzir a discussão e ilustrando de forma preliminar a questão para o debate científico.

Palavras-chave: mobilidade geográfica; mobilidade do trabalho; mobilidade social; classes sociais; polarização de classe; acumulação capitalista; segregação urbana.

THE (IN)DETERMINATION OF MOBILITY NOTION IN HUMAN SCIENCES

ABSTRACT. The objective of this article is to establish a reflection about the mobility notion in the human sciences, showing the diversity of its use, the importance of the concept and the need of a larger conceptual rigidity for its application. For so much, some examples are presented, they appear from the most varied branches of the human sciences, with special attention to the genesis of the concept in the geographical science. It is presented, also with detail, the construction of the mobility concept developed by Marxism, starting from the notions of "mobility of the work" and of the critic to the notion of "social mobility" developed by sociology, in this case the concept of social classes and polarization of classes are introduced in the reflection. This article has a more exploratory character, objectifying to introduce the discussion and illustrating in a preliminary way the subject for the scientific debate.

Key words: geographical mobility; mobility of the work; social mobility; social classes; polarization of class; capitalist accumulation; urban segregation.

INTRODUÇÃO

Quando atentamos ao uso da palavra *mobilidade* nas ciências humanas, mais particularmente na geografia, percebemos uma certa vacuidade em seu emprego. Ela se torna sinônimo de um grande número de conceitos e, conforme o adjetivo a ela aplicado, o sentido é alterado. Além disso observa-se sentidos diferentes para um mesmo conceito. Enfim, uma palavra que habita fortemente o universo do discurso científico é destituída de precisão.

Pretendemos aqui buscar a gênese do conceito de mobilidade nas ciências humanas mais particularmente na geografia, sua importância e a evolução de seu uso. Num segundo momento pontuar algumas formas de utilização da noção de mobilidade

¹ Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá. Doutorando em Geografia Humana - USP.

desenvolvendo uma avaliação crítica de seu uso, para finalmente propor um conceito mais abrangente fruto da interação de três ordens de mobilidade.

Mobilidade quer dizer, “a capacidade dos corpos se deslocarem”. Esta é uma das definições mais gerais desta palavra. Está relacionada com os corpos físicos, onde claro, estão incluídos os corpos humanos. Mas a noção de mobilidade compreende em alguns casos a mobilidade das empresas, dos fatores de produção, etc. A complexidade dos movimentos destes corpos se dá devido a inúmeras mediações para o seu deslocamento, além das escalas diferenciadas de manifestação. O porquê de um indivíduo se deslocar está relacionado a vários aspectos: de ordem política, social, afetiva, moral, etc. Estes aspectos se interagem construindo, para cada indivíduo um perfil destas ordens de fatores.

Na geografia estuda-se também a mobilidade dos fatores de produção, a mobilidade induzida, e tantos outros aspectos da mobilidade mediatizados sempre pelos deslocamentos humanos. Esta é a última instância. Neste complexo trajeto em busca da territorialidade dos fluxos humanos existem importantes contribuições e confusões.

A evolução do uso da noção de mobilidade na geografia

Detecta-se na pré-história, a partir das limitadas informações das inscrições rupestres, informações dos deslocamentos humanos. Indicação de trajetos para áreas protegidas, caracterização simbólica dos movimentos cotidianos, a caça, a dança, enfim, o mover dos homens é uma preocupação posta para a evolução e desenvolvimento da espécie humana.

Antes do século XIX os estudos se apresentam de forma fragmentada ligados fundamentalmente à constituição de rotas comerciais, à descoberta do mundo e sua orientação. As análises de mobilidade, nesta fase, podem ser classificadas como etnológicas.

Durante a antiguidade e idade média, os indicadores apreendidos nas viagens marítimas e terrestres são incompletos e apresentam incoerências. São as particularidades culturais das populações como costumes, habitações, alimentação, etc., que marcam as descrições. As cifras são raras e freqüentemente fantásticas.

Durante o séc. XVII e sobretudo XVIII aparecem os primeiros estudos sobre a relação existente entre o meio e a sociedade. As reflexões filosóficas, um repensar do mundo e o triunfo do liberalismo frente à igreja, a revolução tecnológica (primeira revolução industrial) e a revolução social (revolução francesa), marcam este período com importantes reflexões sobre a sociedade e a economia. Podemos citar alguns expoentes que contribuíram efetivamente com a construção de uma geografia científica e abriram espaço para a formulação de uma geografia humana. Pensadores como

Bernhardus Varenius², Barão de Montesquieu³, Emmanuel Kant⁴ prepararam o terreno para o que posteriormente constituir-se-ia a geografia humana, berço para o nascimento dos estudos populacionais na geografia.

² Que elaborou em 1650 a obra “Geografia Geral”

³ Aparece como o primeiro dos filósofos do séc. XVIII, suas observações racionais abre o caminho para o espírito das luzes. Sua obra mais importante é “De l’*esprit des lois*” em 1748, obra que se apresenta como a compilação de suas reflexões e que traz em seu conteúdo o ordenamento científico dos processos sociais abrindo caminho para a consolidação da área de Geografia Humana.

⁴ Emmanuel Kant contribuiu decisivamente para a sistematização de uma geografia científica. Em sua obra, dedicou atenção ao ordenamento sistemático dos conteúdos geográficos, ele estabelece duas categorias para a ciência da observação. A primeira diz respeito aos fenômenos descritos segundo princípios lógicos, a Segunda categoria diz respeito aos fenômenos de tempo e de espaço, sendo tratado, respectivamente, pela história e geografia. Estas reflexões estão contidas na obra “*De la forme et des principes du monde sensible et du monde intelligible*”, em 1770.

Durante o segundo período que cobre a primeira metade do século XX os estudos populacionais se desenvolvem porque se apóiam sobre uma informação numérica mais abundante e confiável, graças aos recenseamentos empreendidos pelas nações mais avançadas, tornando-se um tema bem estudado pelos geógrafos preocupados com os fatos humanos. Este desenvolvimento se notabiliza em dois países que vão ter um importante papel no desenvolvimento da geografia moderna, a Alemanha e a França.

Na Alemanha os mais importantes geógrafos que contribuíram para os estudos de população foram F. Ratzel⁵ e A. Rettner.⁶ Foi Ratzel em sua principal obra "Antropogeografia" que introduz na geografia o elemento humano negligenciado por grande parte dos geógrafos da época. Historiador de formação, bem cedo se dedica à geografia, à economia, a demografia, e à estatística. Ele publicou uma série de trabalhos e centrou sua análise entre a densidade e os diversos elementos do meio.

Paul Vidal de La Blache⁷, o fundador da geografia científica na França, consagrou uma parte de sua obra aos estudos populacionais, para ele o ponto de partida dos estudos geográficos foi a análise da distribuição desigual dos homens sobre a terra. Em oposição ao período precedente a orientação dos estudos geográficos consagrados à geografia da população poderia ser qualificado de ecológico. As relações sociedade / natureza constituem o pano de fundo da maior parte das análises, onde os darwinismos sociais e o funcionalismo cultural se desenvolvem por todo este período.

Sobre a influência de Ratzel, Ritter⁸ sucede, no séc. XX, o possibilismo de Vidal de La Blache, no qual os homens dispõem de uma larga margem de liberdade em relação à natureza.

Mesmo com o progresso que se manifesta na geografia, o lugar da geografia da população ainda é modesto no seio da disciplina. Conforme NOIN (1994), entre 1910 e 1950 os anais de geografia publicaram somente 22 artigos que tratavam de geografia da população, no caso dos EUA cerca de 2% dos artigos até 1946 e no mesmo período cerca de 3% dos doutorados defendidos tratavam de algo relativo à geografia da população.

O início do anos 50 marca uma transformação no desenvolvimento da geografia da população. A primeira obra de geografia geral consagrada à geografia da população aparece em 1951. É a partir de 1956 que a bibliografia geográfica internacional consagra uma rubrica especial a este ramo da geografia. A partir daí se torna mais freqüente esta disciplina no ensino universitário de vários países. A pesquisa neste período aumenta, chegando a representar 10% dos títulos de geografia geral. De 1962 a 1972 a proporção dos artigos sobre população passa de 5% a 12% nos grandes periódicos de geografia nos EUA. Observa-se também um importante aumento das publicações de comunicações que tratam de geografia da população nos congressos de geografia.

Observa-se uma grande diferença do período precedente e isso se deve basicamente pela abundância de informações colocada à disposição dos geógrafos pelos serviços de estatística de diversos países e pela facilidade relativa de sua exploração. Não podemos esquecer a importante contribuição de Pierre George no que concerne à geografia da população

⁵ Friedrich Ratzel contribuiu sobremaneira para a consolidação da geografia humana, as obras mais importantes foram: *Antropogeografia*, (2º volumes, 1882-1891) e *Geografia política* (1897).

⁶ Alfred Hettner integra as idéias de Humboldt, de Ritter e de Ratzel formando um sistema coerente. O livro de Hettner "*A geografia: sua história, sua natureza e seus métodos*" de 1927 é uma obra de qualidade sobre a história dos métodos geográficos.

⁷ As obras importantes de Paul Vidal de la Blache foram: *Annales de Géographie* (1892); *Tableau de la géographie de la France* (1903) e em colaboração com R. Blanchard, Albert Demangeon e Emmanuel de Martone, escreveu *Géographie Universelle*, que foi concluída depois de sua morte em 1918.

⁸ Carl Ritter, geógrafo alemão um dos fundadores da geografia moderna, sua obra mais importante "Geografia Universal" em 18 volumes, na qual finda em 1859, ano de sua morte, precisa a influência do meio ambiente físico sobre a atividade humana.

Na opinião de GEORGE (1969), os estudos geográficos de mobilidade das populações, são fundamentais para compreendermos a evolução da humanidade, os fatores limitadores do crescimento populacional, como as guerras e epidemias configuram uma heterogeneidade no crescimento demográfico das populações. O autor nos fala da necessidade de uma “geografia histórico demográfica” para compreender tal evolução. Existem limitações de ordem natural e técnica que determinaram a evolução da população do globo, ele faz uma análise histórico/geográfica da evolução das populações desde à pré-história, percorrendo a antiguidade até a revolução industrial, levantando hipóteses sobre as condições de mobilidade das populações humanas em função do seu desenvolvimento técnico e de suas estratégias de sobrevivência frente às guerras e invasões. Discute nesta obra a importância dos recenseamentos como base fundamental para os estudos de mobilidade, para este autor os estudos populacionais são feitos a partir da avaliação quantitativa do número de pessoas em relação a um território dado.

A contribuição de GEORGE (1955), (1971), foi fundamental para os estudos de mobilidade na medida que ampliou a observação deste fenômeno, autor de fundamentação marxista, rompeu com as análises descritivas e acríicas fortemente produzidas no passado.

São os estudos sobre o êxodo rural, urbanização, migrações e a segregação étnica e social que são os mais procurados pelos geógrafos, mas suas preocupações estão longe de serem exclusivas. Hoje no campo da geografia da população, os estudos de mobilidade tendem a se instalar no âmbito de uma geografia humana, diversificando-se entre seus ramos.

As formas de mobilidade em geografia

A geografia apresenta um uso relativamente constante desta noção, porém tal noção não é exclusiva da geografia. economistas, sociólogos, psicólogos, demógrafos, entre outros, se preocuparam em explicar os fenômenos a partir desta noção.

Observamos com frequência a incorporação de noções vindas de outras ciências ao discurso geográfico, muitas vezes de forma fragmentada.

Como exemplo podemos dar o uso da noção de mobilidade do trabalho ou da força de trabalho a partir de um discurso geográfico que se fundamenta no que foi chamado de geografia crítica. Ocorre que muitas vezes esta noção é denominada de mobilidade geográfica, e sabemos que ela tem sua reflexão mais profunda e trabalhada nas ciências econômicas. O mesmo ocorrendo com a noção de mobilidade social, que apresenta sua melhor fundamentação na sociologia, e que também é constantemente utilizada pelos geógrafos com um conteúdo diferente do estabelecido pela sociologia em seus 20 anos de reflexão sobre esta questão. Aqui nos deparamos com um defeito e uma virtude da geografia. O defeito relacionado a inconsistência no uso de conceituações que leva muitas vezes a confusões devido a duplicidades e diversidades dos conteúdos em função de sua nomenclatura, ou seja, mesmo nome para coisas diferentes e nomes diferentes para coisas iguais. A virtude diz respeito à busca constante de novo instrumental teórico para as novas realidades que surgem. A geografia mostrou-se sempre flexível para o exercício da transdisciplinaridade. Talvez a crise epistemológica que habita a geografia contemporânea nos tenha dado um maior poder de manobra.

É neste contexto que pretendo mostrar alguns usos como no caso de CÍCILE (1995). Nesta obra aparece a forma conceptual de *mobilidade das pessoas* que diz respeito ao uso de veículos para o deslocamento no espaço.

Segundo o autor, é um estudo da *mobilidade pessoal* na Europa. O texto trata da mobilidade a partir da utilização de veículos particulares (incluindo os automóveis e bicicletas) e veículos coletivos (incluindo os ônibus, metrô e trens). Desenvolve uma análise comparativa entre países e entre as categorias, desenvolvendo um estudo quantitativo, avaliando as porcentagens de usos de uma ou de outra modalidade de

veículos dos países da amostra tratada. Esta mobilidade deve ser vista como uma mobilidade física (que pode ser qualificada como deslocamento horizontal) Esta noção de mobilidade está colada com a noção de veículo. Um outro exemplo interessante é dado por BECKER & EGLER (1994), em seu quinto capítulo no sub-item "a mobilidade do trabalho", os autores tratam do conceito de mobilidade dos trabalhadores como sinônimo de migração, esboçando uma articulação entre mobilidade espacial e social, utilizando como variáveis deste processo.

- mecanização da agricultura e expulsão de trabalhadores da terra
- atração de novos espaços dinâmicos (Centro Oeste e Amazônia)

Os autores fazem vaga menção a um processo de mobilidade resultando uma fragmentação da estrutura de classe. Aqui, é importante lembrar, que o conceito de classes sociais é discutido pelos sociólogos no âmbito da noção de mobilidade social, a partir de uma avaliação crítica desta noção.

Outra idéia é a associação da mobilidade com a formação do mercado de trabalho. (bóias frias, semi-camponeses e semi-proprietários...)

Portanto, observa-se o uso do conceito de mobilidade sem uma precisão das categorias a ele associado. A mobilidade enquanto migração, a mobilidade social...Constata-se um uso conceptual vago.

VILLETTE (1992), trabalha com a noção de mobilidade tanto dos homens como das atividades. A autora trata de discutir no texto o problema da subcontratação feita por empresas de países desenvolvidos da Europa. São estabelecidas estruturas para a subcontratação de mão-de-obra, analisa o caso de empresas francesas como subcontratadoras de mão-de-obra portuguesa e italiana. Mecanismos de exploração de mão-de-obra subcontratada se reproduzem. Neste caso a autora designa este processo de *mobilidade dos homens*, Neste caso, embora não seja claramente apresentada, parece ser o conceito de "*mobilidade das atividades*" apresentada no início do texto.

A *mobilidade dos homens* é tratada no item que discute a institucionalização do tráfico de mão-de-obra. Usufruindo da liberdade de ação estabelecida entre os países membros da CEE, empresas de países mais pobres arregimentam mão-de-obra para trabalhar em países mais ricos (no caso a França). Esta mobilidade dos homens aglutina a noção de mobilidade centrada no trabalho, desenvolvida por GAUDEMAR (1977) e a noção de migração/imigração, classicamente utilizada pela geografia da população. Este estudo tem sua validade, por tratar de um importante fenômeno que se manifesta na Europa hoje, mas não leva em consideração as teorizações já desenvolvidas que efetivamente apresentam poder explicativo para tal fenômeno.

No caso de HENNION, (1985) o uso da noção de mobilidade é fundamental no seu trabalho. Trata-se de um estudo sobre o impacto nas estruturas locais de poder que ele denomina de *mobilidade induzida*, pela reestruturação das "favelas" na Índia, o conceito de mobilidade é adjetivado como mobilidade induzida, mobilidade global mobilidade forçada, mobilidade especulativa, e mobilidade residencial.

A mobilidade global inclui a mobilidade induzida e considera também a mobilidade residencial (são as mudanças ligadas às alterações de situação familiar, de emprego, etc.). No caso da mobilidade induzida, o autor a subdivide em mobilidade especulativa e *mobilidade forçada de forma repressora*.

Esta mobilidade forçada não se reproduz pela mesma lógica da especulação imobiliária. Aos habitantes destes bairros precários recaem os custos para a modernização dos equipamentos urbanos que é feito, grosso modo, de duas formas: a partir de um empréstimo ou , embutido nos impostos.

Dadas as precárias condições financeiras destas populações, elas se tomam endividadas e se sentem obrigadas a dispor de seus imóveis ou mudar e, no caso de locatário, alugar em outro bairro, normalmente mais periférico. Conforme o autor:

"Il est empiriquement clair qu'une proportion à déterminer de familles se révèlent insolubles et décident de vendre et de se réinstaller dans un bidonville périphérique." (HENNION, 1985: 102)

Esta mobilidade induzida se reproduz essencialmente por um processo social articulado pelo setor privado. O que faz aproximar este conceito do de "gentrificação" ou "aburguesamento" tratado por HENIG, J. R. (1982) segundo HENNION (1985).

Esta noção de mobilidade induzida se aproxima à noção de mobilidade forçada tratada por GAUDEMAR (1977), onde a mobilidade é vista a partir da mercantilização do homem, o homem se torna uma mercadoria, neste sentido o autor argumenta que a mobilidade é a capacidade que permite à força de trabalho se adaptar à jornada de trabalho com suas variações no tempo e na intensidade do trabalho, à permuta dos postos de trabalho, enfim, aos efeitos de uma divisão do trabalho cada vez mais intensa. A circulação da força de trabalho é o momento da submissão da mobilidade do trabalhador às exigências do mercado, onde o trabalhador se desloca geograficamente funcionalmente, respectivamente, um deslocamento físico em diversas escalas e um deslocamento funcional de uma atividade funcional a outra ou mesmo dentro de uma mesma atividade (polivalência). Em síntese, a mobilidade centrada no trabalho é a expressão de um processo mercantilização da força de trabalho e seu uso produtivo pelo capital. Este autor nos fala que: o conceito de força de trabalho enquanto mercadoria; o processo de alienação e a dimensão de luta de classe estabelecem um processo de *mobilidade forçada*, uma mobilidade que apresenta uma escala de espacialização.

Voltando a HENNION (1985), a mobilidade induzida conduz a uma dinâmica cumulativa de transição social., ou seja, mesmo de forma não explícita, observa-se o estabelecimento de uma relação entre o processo de mobilidade induzida e a mobilidade social. Uma classe média ascendente adentra estes espaços semi-periféricos, transformando a paisagem urbana.

O autor elenca algumas estratégias do capital especulativo. Nos diz que uma das formas é a construção de casas para a classes média para serem vendidas na medida que estes bairros periféricos sejam reestruturados, uma segunda é a constituição de loteamentos que normalmente impõe um melhor padrão e induz às populações de menor poder aquisitivo a se afastarem para periferias mais distantes.

O autor estabelece o contexto no qual se reproduz esta mobilidade induzida e nos mostra que:

"Les mécanismes sociaux concrets, les logiques individuelle, qui apparaissent comme autant de détournement de l'intervention publique ex ante pour ce qui est de la corruption, des malversations et de l'entrisme spéculatif, comme d'ailleurs ex post pour ce qui est des ventes spéculatives ou contraintes, ne sont en définitive qu'un processus d'ajustement des bidonvilles aux contours redéfinis de la ségrégation urbaine." (HENNION, 1985: 102)

Com exceção da noção de mobilidade induzida, que foi de certa forma definida, as outras noções (mobilidade global, residencial, especulativa) são precariamente apresentadas.

Apresento aqui uma pequena amostra do uso do conceito de mobilidade nas ciências humanas, a qual acredito seja suficiente para estabelecer um perfil do problema conceptual. O intuito neste artigo é menos de invalidar o uso destas diversas noções, mas sim de apresentar as diversidades do uso da noção de mobilidade. As adjetivações para o processo de mobilidade são válidas quando não são usada de forma redundante. Neste sentido devemos buscar formas mais fundamentais para a noção de mobilidade.

Partindo do materialismo histórico e da economia política de Marx existem dois encadeamentos importantes, a mobilidade centrada no trabalho e a mobilidade social que serão expostos a seguir.

A mobilidade na economia política

O ponto central da explicação do fenômeno de mobilidade, a partir da teoria marxista, é a noção de trabalho. Para PELIANO (1990):

“O trabalho é o ponto de partida e de chegada da análise. São as relações de trabalho estabelecidas pelo processo social de produção que determinam a existência de trabalho e, portanto, a distribuição espacial (territorial) das atividades de trabalho. Estão, dados assim os condicionantes da migração. Os trabalhadores estão condenados a trabalhar onde, como e quando quer o processo social de produção - em uma palavra: o capital.” (PELIANO, 1990: 11)

A explicação parte da contradição entre trabalho e natureza, da apropriação histórica da natureza pelo homem.

O termo trabalho designa um processo, quer dizer um movimento que é analisado, segundo Marx, em termos de contradição, e estas podem ser definidas a partir de três movimentos:

O primeiro movimento diz respeito a uma relação de contradição entre o trabalho e o objeto de trabalho. Nestas condições o homem torna-se trabalhador e a natureza torna-se objeto de trabalho.

Um segundo movimento diz respeito à relação entre o trabalho e seu meio de trabalho. O meio de trabalho é uma combinação de forças naturais aplicadas ao objeto de trabalho, ele se serve de propriedades mecânicas, físicas químicas das coisas. Combinação na qual se agrega, no momento onde ela se exerce, a própria força humana. Daí a expressão “instrumento” como as “coisas exteriores” articuladas com as partes do corpo do homem (braços pernas cabeças, mãos, etc.).

Os meios de trabalho em exercício são as forças de trabalho - força produtiva. O desenvolvimento das forças produtivas criam as relações de produção que se apropriam da natureza. As relações de trabalho efetivam a apropriação social da natureza pelo homem, o trabalho humano implica uma interação entre natureza, meios e objetos de trabalho, com a comunidade de trabalho. Define-se assim a força de trabalho.

A evolução social passa a ser naturalmente caracterizada pela gradativa dominação e contínua emancipação do homem em relação à natureza num processo de apropriação das condições objetivas que suplanta as formas anteriores.

Esta forma de mobilidade, vista a partir do sistema de produção capitalista é regida por uma lógica própria, onde capital e trabalho se articulam dando a forma de uma mobilidade da força de trabalho, determinada pela luta de classe e pela exploração capitalista do trabalho, portanto, é uma *mobilidade forçada*. O indivíduo nesta análise é visto como uma mercadoria a serviço do capital, o seu deslocamento, tanto espacial como funcional, é determinado pelas leis gerais de acumulação capitalista.

Boa parte da sistematização das idéias precedentes cabem a GAUDEMAR (1977) e PELIANO (1990), que pese um certo determinismo do econômico, o esforço intelectual destes autores estabelece uma forma de interpretação da mobilidade teoricamente concisa e ancorada de forma consistente na economia política de Marx.

Mobilidade social e polarização de classes: a crítica da sociologia marxista

A idéia de mobilidade social nasce da escola da estratificação social norte americana de cunho funcionalista. Em linhas gerais esta corrente entende as diferenças sociais como um processo natural e não histórico, na medida que parte da distribuição, avaliação e seleção dos indivíduos nas posições sociais que correspondam ao melhor de suas capacidades, existe uma fluidez entre os níveis sociais. Para PARSONS (1955) a fluidez é estreitamente correlativa do fenômeno de mobilidade social, aonde os indivíduos

podem circular com maior ou menor liberdade no interior do sistema de posições sociais. Esta noção pressupõe a hierarquia das posições sociais excluindo todos os outros princípios de diferenciação social. A crítica marxista argumenta que a sociologia americana da estratificação social repousa sobre um postulado individualista. A ação social é determinada pela natureza individual dos agentes.

Na década de 1970, consolida-se uma crítica e este caráter "natural" das diferenciações sociais, a partir do marxismo denominado estruturalista de L. Althusser e posteriormente de N. Poulantzas constrói-se uma crítica fundamentada no carretar contraditório das diferenças sociais e defendem que existe uma luta entre classes sociais, uma luta econômica, ideológica e política e que a mobilidade dos indivíduos pode ser explicada pela polarização das classes sociais.

N. Poulantzas em sua obra "*as classes sociais no capitalismo de hoje*"⁹, desenvolve uma teoria da reprodução ampliada das classes sociais na qual o fenômeno da distribuição social é objeto, sendo reconhecido como um dos principais aspectos do processo no qual é reproduzido as relações sociais e as classes nas sociedades capitalistas. O autor recusa toda a pertinência teórica de uma problemática sociológica da mobilidade social, mesmo reconhecendo a existência de importantes fluxos de mobilidade individual, o autor recusa o uso da palavra mobilidade preferindo "deslocamento dos indivíduos entre as classes sociais". A análise feita pelos principais teóricos marxistas sobre classes sociais, sempre fazem menção à dimensão político-ideológica, portanto, a mobilidade na abordagem marxista é vista pelas contradições entre classes sociais. As classes sociais não existem em si, ela *pressupõe uma relação*, e esta é contraditória, ou seja só existem classes no contexto da *luta de classes*.

A *determinação das classes* é regida pela avaliação objetiva de seu lugar ocupado pelos agentes na *divisão social do trabalho*, lugares que são independentes da vontade de seus agentes, neste sentido, classe social é um conceito que designa o efeito de estrutura na divisão social do trabalho, o que Poulantzas irá definir como *determinação estrutural de classe*.

Esta determinação estrutural deve ser distinta de sua *posição de classe na conjuntura*. Esta posição seria a conjuntura que constitui o lugar onde se concentra a individualidade histórica, sempre singular, de uma *formação social*, a situação concreta da luta de classe.

Em síntese, a determinação de classe não reduz a sua posição.

A determinação estrutural de classe diz respeito à luta econômico-político-ideológica de classe e estas lutas se exprimem pelas posições de classe na conjuntura.

Isso quer dizer que todo lugar objetivo de classe no processo de produção se traduz necessariamente por seus *efeitos* sobre o conjunto de suas determinações estruturais, por um lugar específico desta classe nas relações político-ideológicas da divisão social do trabalho.

Para Poulantzas os aparelhos de Estado têm por objetivo manter a unidade e a coesão de uma formação social, concentrando e consagrando a dominação de classe. E na medida que a determinação das classes diz respeito às relações político-ideológicas e estas, por sua vez, se materializam nos aparelhos, uma análise das classes sociais (luta de classes) não pode ser empreendida sem sua relação com os aparelhos, fundamentalmente com os aparelhos de Estado, sendo a luta de classes o motor do processo.

O Estado não é uma entidade abstrata essencialmente instrumental, ele é, antes de mais nada, uma relação, precisamente, uma relação de classe, portanto o Estado se materializa, se reproduz a partir das relações de poder, reflexo da luta de classe e do controle dos aparelhos de Estado.

⁹ Nicos Poulantzas: *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*, Paris, Edition du Seuil, 1974. - Nesta obra o autor rejeita a noção de "classe em si" e "classe para si", por entender estes conceitos com resíduos hegelianos.

A polarização das classes sociais

A polarização das classes sociais é a dinâmica que se reproduz o seio das classes fundamentais, o que BALLIBAR & WALERSTEIN (1990) denominam de aburguesamento e proletarização. A mobilidade social é entendida a partir destes pressupostos, e partem da noção poulantziana de determinação estrutural de classes e posição de classe. As desigualdades sociais vistas a partir das classes trazem como pressuposto a dimensão política de tal processo

BALLIBAR (1990) discute hoje a pertinência teórica da noção de classes sociais, que pese a crise do marxismo e a avassaladora entrada do neo-liberalismo na economia mundial com uma ideologia que dentre outras reduções, proclama o desaparecimento das classes sociais, ocorre que não existe nenhuma sustentação teórica consistente que constate o desaparecimento das classes. Existe sim, uma complexificação na estrutura das classes sociais com seus ramos, o que efetivamente dificulta a visibilidade das classes. Um aspecto fundamental deste debate é o crescimento da classes média a ampliação deste ramo.

A sociologia marxista apresenta importante contribuição na discussão sobre a noção ou noções de mobilidade social. Um debate contemporâneo que, a partir das novas formas de reprodução capitalista, insere uma avaliação crítica sobre o processo de mobilidade.

À guisa de conclusões

O mover dos homens em suas várias dimensões é preocupação constante dos cientistas humanos. No momento atual a atenção redobra devido aos determinantes das novas formas de reprodução social. Perfila-se uma sociedade global, integrada e dispendo como ferramenta fundamental para a sua reprodução a eficiência e rapidez, da gestão, dos processos e da mobilidade humana.

A questão que se coloca é qual o saldo deste avanço. A exclusão social na Europa avança, a crise do Welfare State ou Estado Providência é patente e os avanços sociais conquistados nos últimos 40 anos estão sendo sufocados por uma lógica perversa de mercado onde o que vale é uma economia forte em detrimento de altas taxas de desemprego. A situação dos países periféricos é ainda mais complexa. A incorporação em suas economias de tecnologias de ponta, alta produtividade, reproduzem também o desemprego e o pior, o desconhecimento tecnológico do que se usa, exacerbam-se as desigualdades econômicas, devido à falta de conhecimento técnico-científico. O estudo das mobilidades na conjuntura atual apresenta momentos diferenciados em função do grau de evolução da sociedade estudada. Países centrais, emergentes, excluídos (sendo estes dois últimos denominados de periféricos) reproduzem-se com ritmos diferenciados, daí as mobilidades apresentarem características específicas conforme o território investigado. Constatam-se ainda formas primitivas de mobilidade, que se reproduzem pela mesma lógica há décadas. Convivendo com novas formas fruto das novas configurações, da nova Geopolítica instaurada.

As exclusões e desigualdades habitam a economia/mundo capitalista, dinamizando as mobilidades e polarizando as classes sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALIBAR, E., 1992. *Les frontières de la démocratie*. Paris, La Découverte, 267 p.
- BALIBAR, E. e WALLERSTEIN I., 1990. *Race, Nation, Classe - les identités ambieuses*. Paris, La découverte, 307 p.

- BECKER, B. e EGLER, 1994. **BRASIL - uma nova potência regional na economia mundo**. São Paulo, BERTRAND, 267 P.
- CICILE, J., 1995. **La mobilité des personnes dans les grandes villes européennes - de la congestion automobile à la régulation de la demande**. Marseille, Thèse de Doctorat. Université de Provence Aix-Marseille I.
- GAUDEMAR, J.P. de., 1977. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa, Estampa, 405p.
- GEORGE, P., 1955. **Demogeografia**. Lisboa, Cosmos.
- _____, 1969. **Population and peuplement**. Paris, Presses Universitaires de France [ftc002]
- _____, 1971. **Geografia da População**. São Paulo, Difel.
- HENNION, M., 1985. **L'impact des structures locales de pouvoir sur la mobilité induite par la restructuration des bidonvilles en Inde**. Thèse Doctorat - Direction M. Roncayolo. - EHESS - Paris I, Tome I, Tome I et II 566 p.
- NOIN, D., 1994. **Géographie de la population**. Paris, Masson, 278 p.
- PARSONS, T., 1955. Nouvelle ébauche d'une théorie de la stratification , IN: **Talcon Parsons, Eléments pour une sociologie de l'action**, Paris, Plon. p. 256-325.
- PELIANO, J.C., 1990. **Acumulação de Trabalho e Mobilidade do Capital**. Brasília, UnB. 150 p.
- POULANTZAS, N., 1974. **Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui**, Paris, Edition du Seuil.
- VILLETTE, S.M., 1992. **Mobilité et clandestinité dans l'espace communautaire**. IN: *Annales de Géographie* (564) mars./avr.